



## GT 002. A contribuição da perspectiva antropológica sobre o uso de substâncias psicoativas para o debate atual em torno das

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF) - Coordenador/a, Beatriz Caiuby Labate (California Institute of Integral Studies in EUA - Programa de Psicologia Leste-Oeste do CIIS) - Coordenador/a, Andres Leonardo Gongora Sierra (UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA) - Debatedor/a, Camila de Pieri Benedito (Doutoranda) - Debatedor/a, Rogerio Lopes Azize (UERJ) - Debatedor

O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca do uso de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender as formas de consumo, seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexistem em torno dessas substâncias, como a própria definição como "drogas". Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. Nesse sentido, o ponto de partida é problematizar o paradigma médico-legal em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia "efeitos farmacológicos" versus "aspectos culturais", promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos, de modo a se pensar o tema a partir de uma perspectiva mais integrada. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre práticas de consumo de substâncias que recebem as alcunhas de "droga", "plantas" e "remédios"; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, tais como tribunais de justiça e serviços de saúde e comunidades terapêuticas. 3) pesquisas que exploram o saber nativo e o encontro entre disciplinas diversas, como, por exemplo, investigações sobre o potencial terapêutico da maconha e dos alucinógenos.

### **(Anti-) Incitacionismo? Uma reflexão sobre moralidades distintas entre "drogas" e "medicamentos"**

**Autoria:** Rogerio Lopes Azize

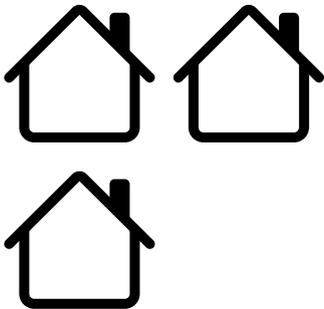
Levando a sério a proposta deste GT, digamos que uma das boas contribuições de uma perspectiva antropológica para o debate atual em torno das "drogas" seja justamente as aspás com as quais esta palavra se apresenta. Ao colocar em perspectiva etnográfica e/ou histórica uma série de substâncias, verifica-se uma imensa fluidez em sua classificação, apenas a mais óbvia entre legal e ilegal. Com isso, aponta-se para o caráter pouco coerente de uma lógica proibicionista, como exemplifica o momento atual pelo qual passa a maconha, em vias de, em seu todo ou suas partes, tornar-se (ou voltar a ser) "medicamento". Mas este termo também merece aspás e aqui a provocação deste paper: um anti-proibicionismo no que diz respeito a algumas substâncias ilegais não encontra equivalência moral no campo do debate sobre substâncias legais. Pelo contrário, a literatura é farta em um esforço crítico das formas de produção, divulgação e mesmo dos usos feitos de medicamentos, em um tom de denúncia. Moralidades distintas marcam, então, o cruzamento entre reflexões antropológicas sobre "drogas" e "medicamentos". Somos anti-proibicionistas no que se refere aos circuitos marcados por legalidades? No que diz respeito aos laboratórios farmacêuticos, aos medicamentos e seus usuários, levamos em conta argumentos que têm sido importantes na reflexão e relativização das substâncias, como a autonomia dos usuários, controles informais ou contexto de uso (Rui e Labate, 2016)? Partindo da hipótese de um "dispositivo da droga" (Vargas, 2008), ou seja, de que



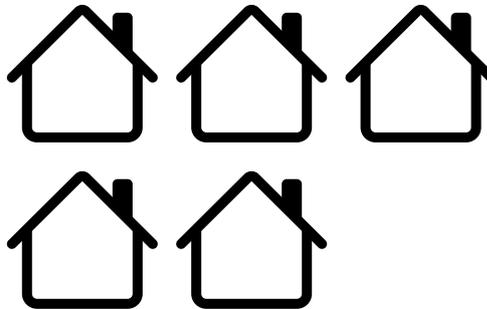
paralelamente a um agressivo proibicionismo, algumas sociedades ocidentais contemporâneas tendem a uma igualmente marcante incitação ao uso de certas substâncias, o objetivo deste paper é uma reflexão sobre o rendimento de se pensar um incitacionismo ou mesmo um anti-incitacionismo, a depender de que lado a substância é classificada.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

